

DAFs debatem modernização de gestão

A reestruturação de diversos processos internos, definidos por meio de um Planejamento Estratégico, permitiu que a Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (Procergs) saísse de uma situação financeira negativa. Esse foi o teor da apresentação de Ademir Piccoli, presidente da companhia, aos diretores administrativos-financeiros (DAFs) durante encontro realizado em abril, em Porto Alegre, RS. Segundo ele, a mudança culminou no resgate de valores perdidos ao longo do tempo, bem como na retomada de investimentos essenciais à boa prestação de serviços. Tanto que neste ano serão, de acordo com Piccoli, investidos cerca de R\$ 30 milhões na modernização da infraestrutura da companhia, um dos maiores investimentos de sua história.

Outro destaque no campo da modernização administrativa foi a apresentação de um estudo que compara o desempenho de cinco afiliadas da Abep (Etice, CE; Procergs, RS; Prodam, AM; Prodemge, MG e Prodesp, SP) entre elas e delas com o mercado de TI.

Coordenado por Fábio Gallo, DAF da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp), o estudo se baseia em sete indicadores - receita líquida, crescimento sustentável, geração de valor, rentabilidade, margem de atividade, liquidez corrente e giro ativo - e deverá ser concluído após a análise de informações e indicadores das demais afiliadas da Abep.

Outras palestras

Os DAFs também tomaram conhecimento de diversas ações administrativas que vêm sendo colocadas em práticas pelas afiliadas, em especial pela Procergs. Entre elas, a implantação de um ERP (Enterprise Resource Planning), sistema integrado de informações que serve a todos os



Participantes da 77ª Reunião do Fórum dos DAFs, evento realizado em Porto Alegre

departamentos da organização, considerado como um case de sucesso pela empresa.

Em sua apresentação, o gerente administrativo Paulo Roberto Zborowsky, da Procergs, enfatizou que uma das vantagens do sistema é a eliminação da concentração da informação em indivíduos, reforçando sua apropriação pela empresa. Ele destacou, porém, que a implantação implica em forte mudança cultural e que as resistências são grandes.

A companhia expôs também sua experiência na área de Gestão do Conhecimento, assunto que foi apresentado pelos funcionários Cleon Espinoza e Rejane Solleti. Um dos desafios dessa gestão é tornar acessíveis as informações que se encontram apenas nas "cabeças" das pessoas, tornando-as acessíveis a todos e em linguagem compreensível. Uma das ferramentas utilizadas pela Procergs é o Site do Desenvolvimento, que traz em seu conteúdo assuntos como tecnologias, metodologias, padrões, grupos de discussão etc.

O encontro teve ainda a palestra "Melhorando desempenho corporativo utilizando ferramentas inovadoras de TI", apresentada pela Ação Informática.

**Prêmio e-Gov:
inscrições abertas**

página 3

**Lei de Crimes
Cibernéticos**

página 2

**Ministro conhece
inovações de SC**

página 4

Abep discute projeto de lei de crimes cibernéticos

Victor Murad Filho, vice-presidente de Tecnologia



Em recente visita ao Congresso Nacional, a diretoria executiva da Abep foi recebida pelo deputado Julio Semeghini, relator do Projeto de Lei Substitutivo 84/99, que trata dos crimes cibernéticos. Na pauta, o prosseguimento às nossas investigações sobre o impacto que a referida lei possa ter sobre as afiliadas da Abep.

Embora seja ótimo o propósito da lei, alguns aspectos operacionais preocupam, como:

- *as necessidades de investimento em infraestrutura em nossas PRO's, que são provedoras de acesso à Internet, para atender tanto o armazenamento dos LOGs de acesso como atender demandas judiciais para monitoramento dos conteúdos de determinado IP;*

- *a regulamentação para os casos de Cidades Digitais e Comunidades Digitais, baseadas em redes sem fio, entre outros*

O projeto precisa ser melhor refletido, principalmente em relação aos itens que mais nos atingirão, por prever penas de reclusão e multas caso sejam descumpridos. Os artigos 285-A e 285-B consideram crime o acesso e a transferência de informações na internet, se feito por meio fraudulento e com a finalidade de obter vantagem para si ou para outrem.

O artigo 22 do referido projeto, também está sendo questionado pelos professores da Escola de Direito da FGV/RJ, por determinar aos provedores a obrigação de informar, sigilosamente, às autoridades indícios de prática de crime de que tenham tomado conhecimento, o que criaria um sistema de delação e de vigilância privada sobre os internautas. Outro artigo

que também merece atenção é o 163-A, que pune quem inserir ou difundir código malicioso em dispositivo de comunicação, rede de computadores ou sistema informatizado

O professor Ronaldo Lemos, diretor do Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV, critica o fato de as pessoas serem condenadas se desobedecerem os termos de uso criados por particulares. Um parecer dos professores da mesma instituição diz que "cada legítimo titular decide quais são os termos de autorização e passa a ser dele o papel de preencher o conteúdo da lei penal. A violação passa a ocorrer de acordo com condições subjetivas e com interesses específicos, dando margem para abusos de direito".

Ainda para o professor, ao se referir a "rede de computadores", "dispositivos de comunicação" e "sistema informatizado", o projeto engloba não só computadores mas reprodutores de MP3, aparelhos celulares, DVD, sistemas de software e até websites.

“O projeto precisa ser melhor refletido, principalmente em relação aos itens que mais nos atingirão, por prever penas de reclusão e multas caso sejam descumpridos”

A prioridade do Prodest, por exemplo, é preparar o Governo do Estado para enfrentar as conseqüências desse projeto e as penalidades nele previstas. Para tal estamos lançando um Plano Diretor de Segurança da Informação no âmbito da Administração Pública do Governo do Estado. Essa ação pró-ativa visa anteceder aos acontecimentos e polêmicas que a aplicação da LEI vai causar e defender os interesses do Estado bem como a Integridade moral e civil dos órgãos e gestores.

As afiliadas precisam se manifestar sobre pontos que julgam relevantes, para que possamos dar continuidade às conversas visando contribuir para que a Lei seja concluída em bons termos.

Abertas as inscrições para o Prêmio e-Gov



À esquerda, troféu “Excelência em Governo Eletrônico” a ser concedido ao melhor projeto de e-gov; ao lado, o que será destinado aos vencedores nas categorias e-Administração Pública e e-Serviços Públicos

Criado pela Abep e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com o objetivo de reconhecer e incentivar o desenvolvimento de projetos e soluções de governo eletrônico nas administrações públicas federais, estaduais e municipais, assim como divulgar as iniciativas que, com uso das Tecnologias da Informação e Comunicação, visem a modernizar a gestão pública em benefício do cidadão brasileiro, o Prêmio Excelência em Governo Eletrônico (Prêmio e-Gov) está com as inscrições abertas.

A divulgação dos vencedores será dia 7 de outubro, durante solenidade de abertura do 37º Secop (Seminário Nacional de TIC para Gestão Pública), em Salvador, BA.

As inscrições somente poderão ser feitas pelo site do concurso (www.premio-e.gov.br) e se encerram em 31 de julho. Cada iniciativa deverá ser inscrita em uma das duas categorias seguintes:

- e-Serviços Públicos - iniciativas voltadas

para o provimento de informações e serviços aos cidadãos (G2C) e empresas (G2B), bem como de interação direta entre o cidadão e empresas e o governo e para a inclusão digital, considerando tantos meios virtuais quanto físicos, bem como de apoio à atratividade e desenvolvimento de negócios em uma região específica. Iniciativas ligadas à democracia eletrônica também se enquadram nessa categoria;

- e-Administração Pública - iniciativas direcionadas para a qualidade da integração entre os serviços governamentais (G2G), envolvendo ações de reestruturação e modernização de processos e rotinas, vem como projetos realizados internamente aos órgãos.

O regulamento do prêmio e outras informações estão disponíveis no site.

Salvador já se prepara para o Secop

Com o tema “Governo Eletrônico: Perspectivas de Novos Serviços”, a Abep promoverá de 7 a 9 de outubro, em Salvador, BA, a 37.ª edição do Secop (Seminário Nacional de TIC para a Gestão Pública). A organização está a cargo da Prodeb (Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia), com apoio da Secretaria de Administração do Estado da Bahia.

Considerado o maior evento de informática para a gestão pública brasileira, o Secop, que será realizado pela terceira vez naquela cidade (já aconteceu em 1975 e 1997), tem como objetivo

promover um fórum para discussão dos modelos de informatização do setor público e do papel das TIC na modernização da gestão pública, em benefício do cidadão.

Mais informações nas próximas edições ou em site a ser divulgado no www.abep.sp.gov.br



Ministro conhece projetos de inovação em SC

O ministro Mangabeira Unger, responsável pela visão de futuro do Governo Federal, visitou recentemente a Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia (Acate) para conhecer projetos de inovação, nas áreas de Tecnologia da Informação. Entre eles, uma incubadora de empresas de tecnologia e o núcleo de robótica para crianças carentes.

Durante a visita, o presidente do Ciasc (Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina), Hugo Hoeschl, falou sobre o Pólo de Games/Projeto Novos Talentos. Trata-se de uma iniciativa focada no ensino médio com o intuito de que as crianças da rede pública aprendam sobre o desenvolvimento de jogos para computadores e consoles, e, com isso, desenvolvam suas habilidades tecnológicas.

Hoeschl falou também sobre a aplicação desenvolvida pelo Ciasc que permite a realização de eleições e plebiscitos através do sistema de mensagens de um telefone celular (SMS).

Denominado de Urna Digital, o modelo já foi testado em enquetes internas e encaminhado ao Portal Software Público Brasileiro, para que



possa ser utilizado livremente. “O processo tem custo mais baixo do que uma eleição tradicional”, enfatizou.

A apuração, em tempo real, é feita por meio de um aparelho smartphone ou em aparelhos com o novo sistema operacional Windows Mobile 6.1 (sistema operativo de celular). Permite que o usuário crie as enquetes e eleições que desejar, podendo ser utilizado por clubes, associações, empresas, como também em plebiscitos e avaliações de questões públicas.

Alagoas Digital

Promovido pelo governo alagoano, por meio do Itec (Instituto de Tecnologia em Informática e Informação), com a finalidade de reunir especialistas para discutir assuntos inerentes ao meio digital, Maceió foi palco, de 6 a 8 de abril, do evento Alagoas Digital.

O evento apresentou palestras, seminários, workshops, feira de produtos tecnológicos e rodadas de negócios. Entre os destaques, Rogério Santanna, secretário de Logística e TI do Ministério do Planejamento, para quem o Brasil é um dos países mais avançados em compras por pregão eletrônico na área governamental.

Assinatura digital

A Prodemge (Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais) desenvolveu solução de assinatura e autenticação digital para o projeto BHISS-Digital, da Prefeitura de Belo Horizonte, contemplando os serviços de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços (NFS-e) e Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (Desif).

O objetivo do BHISS-Digital é aperfeiçoar e simplificar o atendimento tributário das empresas de Belo Horizonte, referente às obrigações do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

EXPEDIENTE

FATOS ABEP é uma publicação mensal, de circulação dirigida, da **ABEP** - Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação - Rua Agueda Gonçalves, 240 - CEP 06760-900 - Taboão da Serra, SP - Fone/Fax (11) 2845.6103/6094

Home Page: www.abep.sp.gov.br - **E-mail:** abep@abep.sp.gov.br - Redação e edição: Notas e Notícias Ass. de Comunicação S/C Ltda Praça Alpha de Centauro, 54 Térreo - cj. 3 - Santana de Parnaíba, SP - Fone (11) 3772.6562 - E-mail: notasnot@terra.com.br

Jornalista responsável: Jorge Abduch - MTb 13.164-SP - **Editor assistente:** Luiz Gallo - MTb 14.576-SP - **Impressão:** Companygraf

Coordenador Editorial: René Lapyda - **Colaboradores:** Cecília Miyata e Sirléia Martins (Abep) e Giacoma das Graças Cibin (Prodest/ES)

ABEP • Diretoria Executiva

Presidente: Joaquim José Fernandes da Costa Júnior (ATI/PE); **vice-presidente executivo:** Marcelo Caio de Miranda Silva (Seati/MA); **vice-presidente de Tecnologia:** Victor Murad Filho (Prodest/ES); **vice-presidente de Gestão:** Vanderlei Falavinha Iensen (Celepar/PR); **secretário executivo:** René Lapyda (Prodesp/SP); **Presidente do Conselho de Associados:** Paulo Cesar Coelho Ferreira (Proderj/RJ)

Conselho Fiscal - Presidente: Eduardo Sguário dos Reis (Ciasc/SC); Antônio Alfredo M. Guimarães (Codata/PB); Fábio Gallo Garcia (Prodesp/SP) - **Suplentes:** Samira Masruha B. Kill (Prodest/ES); Ulisses Benedito de Paula (Emgetis/SE); Ricardo Pimentel Garcia (SI/TO).